



RECOMENDAÇÕES À CANDIDATURA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA AO PARLAMENTO EUROPEU EM 2019

A **FEC – Fundação Fé e Cooperação** é uma organização não-governamental para o desenvolvimento, criada em 1990 pela Igreja Católica em Portugal, num estreito diálogo e colaboração com as Igrejas dos países de língua oficial portuguesa. A nossa missão é **promover o Desenvolvimento Humano Integral com a visão de construir uma sociedade onde cada pessoa possa viver com dignidade e justiça.**

Ancorada em valores e princípios sólidos, trabalhando em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal, nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global, a FEC aposta em projetos sustentáveis, com impacto e resultados transformadores junto das populações com quem trabalha, com especial enfoque em três eixos de atuação: i) Educação, Conhecimento e Competências; ii) Boa Governança e Advocacia; iii) Cidadania Global e Direitos Humanos.

Em conjunto com a Associação Casa Velha, a FEC está a liderar a iniciativa **“EUROPA+JUSTA”**, com o objetivo de promover o **consumo e produção mais justos e sustentáveis** junto dos consumidores, comunicação social, investigadores e decisores políticos na União Europeia (UE), em especial junto dos candidatos ao Parlamento Europeu em 2019.

Neste contexto, o jornal fictício **“The Fair Times”**, que acompanha este documento, perspetiva um futuro no qual o mandato do Parlamento Europeu de 2019 a 2024 resulta em **políticas de ampliação do consumo e produção responsáveis**, nos seus diversos aspectos. No decorrer da edição, são descritas as políticas adotadas e o papel central dos Eurodeputados neste processo, representando um propósito pelo qual os candidatos podem guiar o seu percurso eleitoral e político.



Com este objetivo, e de maneira a complementar o Manifesto Eleitoral do Partido Social Democrata (PSD), a FEC e a Associação Casa Velha gostariam de recomendar meios para o alcance desta visão, para que a **UE desempenhe um papel de liderança na regulação da produção e consumo responsáveis**, que por sua vez são fundamentais no alcance da **Agenda 2030** e dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** das Nações Unidas (ONU).

1

Consumo e Produção Responsáveis

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 12 prevê **“Garantir Padrões de Consumo e de Produção Sustentáveis”**. Para alcançá-lo, é necessária uma abordagem capaz de integrar diferentes agentes, desde o produtor até o consumidor final. Dessa maneira, **recomendamos que o Parlamento Europeu:**

- i) apoie mais projetos e ações que **fomentem o comércio justo, ético e responsável**, tanto no âmbito da política comercial quanto no da cooperação para o desenvolvimento;
- ii) e que **reforce a implementação e monitorização das disposições sobre desenvolvimento sustentável nos acordos de comércio da UE com países terceiros**, de forma a garantir direitos laborais, sustentabilidade ambiental e gestão dos recursos naturais e o respeito pelos direitos humanos.

Notamos a preocupação do PSD com as condições sociais e ambientais das relações comerciais da UE com os países parceiros e, por isso, ressaltamos a necessidade de **avaliar toda e qualquer iniciativa** em âmbito

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





Europeu **em relação aos impactos externos** que possui, principalmente nos países em desenvolvimento. E, nesse sentido, o Acordo de Paris sobre alterações climáticas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, as convenções da Organização Internacional do Trabalho, entre outros compromissos ambientais e sociais da UE, deverão constituir-se como **exigências básicas de qualquer acordo comercial**. Ainda, a cooperação para o desenvolvimento é essencial para o alcance dos ODS e deve ser transversal a todos os temas abordados neste documento.

A proposta do PSD para a UE **liderar a transição para uma economia circular e hipocarbónica**, vai ao encontro do Plano de Ação para Economia Circular adotado pela UE em 2015 e que promoveu uma perspetiva sistémica para toda a cadeia de valor, com redução de resíduos e poluição, (re)utilização de produtos e materiais pelo maior tempo possível, e garantia de capacidade de regeneração dos recursos utilizados, para além da conformidade aos direitos humanos. Para que a transição a uma economia circular se concretize, **sugerimos políticas de maiores investimentos à inovação, à pesquisa e à adaptação da base industrial**, ao priorizar financiamento de projetos e negócios de economia circular e implementar meios de partilha de boas práticas, possibilitando a formulação de novos modelos de negócios circulares. É positiva a importância dada pelo PSD à **economia azul**, que, se integrar os princípios do desenvolvimento sustentável e as suas possibilidades de ação tem o potencial de **criar dinamismo económico nas atividades ligadas ao mar**, ao mesmo tempo que **preserva o ambiente marinho**, e proporciona benefícios a toda a sociedade a longo prazo. Isto implica o **não-extratativismo**, relativamente a minerais e combustíveis, e **a recusa da sobrepesca**.

Outro aspeto indispensável à visão de consumo consciente diz respeito à **aquisição pública**. A Diretiva de Aquisição Pública de 2014 da UE tornou mais **simples introduzir critérios de sustentabilidade e de comércio justo nas compras públicas** pelas autoridades europeias. No entanto, há potencial para melhoria com o objetivo de assegurar que toda a aquisição pública da UE seja sustentável em 2030 e, por não haver propostas do PSD para este tema, recomendamos que uma estratégia e planos de ação sejam colocados em prática para incrementar o compromisso das autoridades públicas europeias em incluírem critérios de sustentabilidade para as compras públicas que realizam, apoiados por ferramentas que facilitem a comunicação de boas práticas e de **fornecedores que se adequam aos padrões exigidos, com ênfase nos fornecedores locais, fortalecendo-os**. Nesse sentido, também é necessário garantir que empresas que oferecem produtos e serviços que tenham um impacto positivo na sociedade obtenham acesso aos mercados de aquisição pública da Europa, possibilitando, portanto, a **implementação das agendas de economia circular e de eficiência de recursos dentro da União Europeia**.

2 Ação Climática e Política Energética

Como apresentado no Manifesto do PSD, para inspirar uma **Europa mais sustentável** é de extrema importância levar em consideração as **políticas energéticas** e a **ação climática**. Para isso, o PSD aposta em **setores mais inovadores, no uso de energias renováveis** e no apoio incondicional, como mencionado pelo partido, ao papel de liderança da UE na agenda de combate às alterações climáticas e, para isso, une-se à luta das gerações jovens neste domínio. O PSD considera os compromissos do Acordo de Paris sobre o Clima como um ponto de partida irrenunciável da agenda ambiental. Desta forma, de maneira a **promover energias alternativas**, recomendamos que atuem na **remoção das barreiras existentes e promovam a transição energética para fontes de energia renováveis de maneira justa**, compreendendo a perspetiva dos países em desenvolvimento. Ainda com o foco na transição para fontes de energia renováveis, apostamos nos **recursos endógenos**, procurando que Portugal tenha em 2030 100% de energia elétrica e em 2050, 100% de energia no seu total, asseguradas por fontes renováveis. A atenção também deve estar em diminuir, em Portugal, a dependência do consumo energético do exterior, que é de 74% do total. Sugerimos também o apoio a

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





organizações não governamentais europeias e internacionais para o alcance dessas metas, de forma a concretizar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A **descarbonização até 2030** que propomos, como tantas outras organizações, será possível assumindo **planos de ação concretos** para os objetivos de 2030 e 2050, e implementando a sua **transversalidade a todos os setores**, com atenção à **agricultura** e aos **transportes**, que no caso de Portugal, é responsável por 26% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). É necessário determinar o **fim das subvenções aos combustíveis fósseis** e às **centrais térmicas** no âmbito europeu, instaurando ações vinculativas entre os Estados-Membros da UE. Sugerimos e entendemos a necessária **reforma do regime de comércio de licenças de emissão**, garantindo que os incentivos não sejam direcionados a indústrias fósseis e que cheguem a outros setores marginalizados. Assim, propomos maiores **investimentos em transportes coletivos** e de **baixa emissão de GEE** e maior regulamentação do transporte aéreo e naval, devido às grandes emissões e tendências de crescimento.

Apoiamos também a criação de um **Banco de Transição Ecológica** que poderá responder simultaneamente a problemas de ordem social e ambiental, através da **criação de emprego na economia verde**. Apelamos também a que a **ação climática não se substitua à Ajuda Pública ao Desenvolvimento**, uma vez que os países menos desenvolvidos são os mais afetados pelos efeitos das alterações climáticas. Estas duas ideias, aparentemente distintas, são a concretização dos **princípios fundamentais da ecologia integral da encíclica Laudato Si**, que nos inspira: é urgente uma **perspetiva integral de ecologia**, que integre o ser humano, o lugar que ocupa no mundo e as suas relações com a realidade que o circunda. Existe uma dívida ecológica real em relação ao Sul global e as políticas da próxima legislatura da UE terão de responder à grande crise socioambiental como um todo, e não tratar políticas ambientais e sociais em separado. É também neste sentido que Portugal e a UE deverão estar na **linha da frente do desenvolvimento humano**, por oposição à ideia de “crescimento” num cenário de escassez, cujas consequências danosas estão à vista de todos.

Por fim, destacamos que para que as **políticas energéticas e ambientais** possam ser implementadas como proposto pelo PSD no Manifesto Eleitoral, é essencial **maior coerência do partido em relação às votações** sobre tais temas no âmbito do **Parlamento Europeu**. Segundo o estudo da **Climate Action Network Europe**, que analisou o comportamento dos partidos quanto aos seus votos em assuntos ambientais na última legislatura, o **PSD teve um dos piores desempenhos** entre os partidos portugueses representados, com apenas 13,5% de atuação em favor das questões ambientais. Esperamos que os Eurodeputados do PSD a integrem o PE de 2019 a 2024, deem **atenção às votações destes temas**, tão bem comentados no Manifesto Eleitoral do partido, uma vez que é pelo voto que ocorre a mudança política que a Europa e o mundo precisam com urgência.

3 PAC e sustentabilidade

Em relação às críticas do PSD à PAC e às reduções orçamentais do primeiro e segundo pilar em Portugal (10%, 25% respetivamente), há uma **contradição ao votar contra** um possível **acréscimo orçamental focado nas ajudas à agricultura familiar** perante a volatilidade de preços, com continuadas perturbações que impedem um empoderamento real do seu trabalho. Paralelamente, apesar de possuir um olhar consciente sobre os problemas da seca do país, vemos um partido interessado em dar continuidade a políticas que promovem a agricultura intensiva, que é em grande parte responsável pelo problema da escassez de água e por casos de não cumprimento dos direitos humanos. Apelamos a uma **reformulação das propostas em linha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** em prol de um Portugal e de uma Europa mais verdes e melhor

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





geridos, com políticas de **diversificação de cultivos** alinhados com os **princípios da sustentabilidade agroecológica**.

Assim, concordando com o manifesto da Associação ZERO, acreditamos que é necessário colocar no debate a possível **incorporação de culturas adequadas às condições climáticas**, inclusive o aproveitamento de espaços verdes para o cultivo extensivo em associações privadas de pequenos camponeses ou Parques Naturais, respeitando as bases da Rede Natura 2000; o **ordenamento dos espaços florestais com espécies problemáticas**, de maneira a **prevenir calamidades florestais**, como os incêndios, a acidificação dos solos e a alteração da paisagem. É necessária uma **estratégia política** que ponha em primeiro lugar o **cuidado da floresta e dos seus trabalhadores**. As ajudas às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) não devem desaparecer após a sua constituição e os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) devem atualizar-se segundo o paradigma atual. A cultura florestal deveria fazer parte da identidade portuguesa e, por isso, é necessário um compromisso na órbita público-privada. É necessária a **criação transversal de um plano ecológico** para o meio rural português, combatendo o abandono das terras e o desemprego, para vincular a natureza às pessoas, com a promoção de organizações associativas de pequenos proprietários, a plantação de árvores autóctones que também podem gerar rendimentos, inclusive aquelas que são deficitárias na UE. A pecuária é também o perfeito aliado da agricultura através da criação de espaços comuns com as mais diversas culturas.

Em matéria de **pesca**, concordamos com o PSD sobre a necessidade de **incentivar uma pesca artesanal ajustada aos problemas de stock de peixe no oceano**. No entanto, não faz sentido defender ao mesmo tempo uma livre concorrência de capturas num momento de vital importância na defesa da fauna marítima com 40% de espécies em perigo de reposição. Devemos olhar a taxa de reposição natural dos oceanos e adaptar-nos a ela. **O crescimento da economia pode ser ilimitado, mas os recursos através dos quais se pretende crescer, não.** A **Política Comum de Pescas (PCP)** precisa de **proteger os pescadores** como a PAC faz com os agricultores e, ao mesmo tempo, idealizar um plano de redução temporária de pesca, a fim de voltar a essa taxa de stock natural que pode produzir fortes vantagens no futuro, segundo a OCEANA.

Acreditamos que o Partido Social Democrata pode ser um aliado no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial no que toca o consumo e produção responsáveis, a ação climática, a política energética sustentável e justa, a segurança alimentar e a política agrícola coerente com o desenvolvimento global. Por isso, empenhamo-nos em reforçar a agenda do Partido para **estabelecer as políticas necessárias que desempenham um papel central na coesão social e territorial portuguesa e europeia, contribuindo para a Agenda 2030 de Transformar o Mundo, sem deixar ninguém para trás.**

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.

PROJETO Juntos pela Mudança II e Europa + Justa
FEC – FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

COFINANCIAMENTO:

PARCEIROS:

